



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

1 Em 21 de junho de 2022, reuniram-se ordinariamente os membros da Câmara  
2 de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho  
3 Estadual de Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência  
4 realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
5 Sustentável (Semad). Participaram o Presidente Breno Esteves Lasmar,  
6 representante da Semad e os seguintes conselheiros titulares e suplentes.  
7 Representantes do Poder Público: Leorges de Araújo Rodrigues, Secretaria de  
8 Estado de Governo de Minas Gerais (Segov); Felipe Oliveira de Carvalho, da  
9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Felipe Dutra de  
10 Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra);  
11 Kátia Regina da Silva, do Conselho Regional de Biologia (CRBio) - 4ª região;  
12 Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos  
13 Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Emílio Elias  
14 Mouchrek Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas  
15 Gerais (Crea/MG); Representantes da Sociedade Civil: Lidiane Carvalho de  
16 Campos, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);  
17 Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas  
18 Gerais (CMI-MG); Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, da Associação Mineira  
19 de Defesa do Ambiente (Amda); Paulo José de Oliveira, da Fundação  
20 Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Julio Cezar de Oliveira, da  
21 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Alexandre Túlio Amaral  
22 Nascimento, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). **Assuntos em**  
23 **pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino  
24 Nacional Brasileiro. Item **2) ABERTURA.** O Presidente Breno Esteves Lasmar  
25 declarou aberta a 74ª reunião ordinária da Câmara de Proteção à  
26 Biodiversidade e de Áreas Protegidas, após constatado o quórum regimental  
27 pela Secretaria Executiva. Na sequência faz a leitura do item **3) COMUNICADO**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

28 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Não houve considerações. **4)**  
29 **EXAME DA ATA DA 73ª RO DE 24/05/2022.** Aprovada por unanimidade a ata  
30 da 73ª reunião ordinária da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas  
31 Protegidas, realizada em 24 de maio de 2022. Votos Favoráveis: Segov, Sede,  
32 Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, Crea-MG, Amda, Uemg. Ausente, no momento  
33 da votação: Fiemg, CMI-MG, Fundação Relictos, Fundação Relictos, OAB-MG.  
34 **5. Políticas Públicas para a Fauna Doméstica no estado de Minas Gerais.**  
35 **Apresentação: Superintendência de Gestão Ambiental/Semad.** Diogo Soares  
36 de Melo Franco, Superintendente de Gestão Ambiental da Semad, realizou a  
37 apresentação sobre as Políticas Públicas para a Fauna Doméstica no estado de  
38 Minas Gerais, disponível no sítio eletrônico de reuniões da Semad, link:  
39 <http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/5212>). Na  
40 sequência o presidente Breno Esteves Lasmar coloca o assunto em discussão.  
41 Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Boa tarde a todos. Diogo,  
42 parabéns pelo trabalho e pela apresentação, acho que é uma frente muito  
43 importante e muito interessante da qual eu não tinha conhecimento da forma  
44 que você trouxe, então, agradeço muito e parabênizo. Gostaria de fazer  
45 poucos comentários e talvez esclarecer algumas dúvidas também sobre os  
46 municípios, que até o momento, se não me engano, você falou que são 74 ou  
47 algo como isso, tem um critério específico para que o município receba o  
48 projeto ou é por manifestação ou algo do tipo? E queria reforçar uma questão  
49 que cheguei a pontuar na reunião passada, de que talvez um programa como  
50 esse pudesse também ter como critério as unidades de conservação que tem  
51 nessa fauna doméstica um problema, porque sabemos que para algumas  
52 unidades de conservação a presença desses animais é algo problemático, e  
53 também tem uma abordagem muito interessante nessa frente de trabalho da  
54 Semad, que é uma interface com o que a ciência tem chamado de saúde única



## **Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

### **Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

55 “One Health”, algo que talvez, não é novo na ciência, mas ganhou visibilidade  
56 com a pandemia, afinal, nada mais didático que uma pandemia para se falar  
57 de saúde única. Então, tem algumas instituições de pesquisa que têm  
58 trabalhado questões sanitárias em espécies silvestres e selvagens, eu por  
59 exemplo, sou primatólogo, trabalho com primatas e temos para algumas  
60 espécies um monitoramento mais sistemático, até pela questão da febre  
61 amarela, uma vez que os primatas são espécies sentinelas dessa questão para  
62 a população humana. Dessa forma, pontuar essa curiosidade sobre os critérios  
63 dos municípios, ressaltar essa interface com saúde única e se há, se já é efeito,  
64 alguma possibilidade de ter um olhar mais atento com as unidades de  
65 conservação que tem problemas com fauna doméstica e talvez se aproximar  
66 das instituições que tem trabalhado com as questões sanitárias dentro dos  
67 ambientes naturais, com algumas espécies chaves. Mais uma vez obrigado e  
68 parabéns”. Diogo Franco (Semad): “Alexandre, gostaria de agradecer seu  
69 comentário e parabenizar a CPB, os conselheiros por essa iniciativa de solicitar  
70 que falemos sobre esse tema, porque realmente é uma conexão muito  
71 importante sabe, Alexandre? Vou até começar pelo final, comentei aqui, até  
72 a proposta dessa pauta, tive uma conversa com a Diretoria de Unidade de  
73 Conservação do IEF e com Breno, para justamente, fazermos esse  
74 mapeamento Conselheiro Alexandre, porque conseguimos cruzar os  
75 municípios que tem Unidade de Conservação e saber também do IEF, quais  
76 são essas unidades que apresentam este tipo de problema, provavelmente  
77 aquelas que têm, talvez, um perfil mais urbano, o Rola Moça já ouvi dizer isso,  
78 Lapa Grande, enfim. Provavelmente parques que tem comunidades próximas,  
79 podem sofrer com esse tipo de coisa, um animal doméstico que adentra ali e  
80 provoca algum desequilíbrio ecológico, seja doença ou seja até ataque  
81 mesmo, e temos condição de no programa, de fato inserir isso como um



## Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

### Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022

82 critério. Dessa forma, temos duas formas, esses programas de  
83 microchipagem, educação ambiental, foi feito via digital ou edital (1:34:28),  
84 então elencamos uma série de critérios, um dos critérios para pontuação pode  
85 ser esse, como vamos fazer outros, estudamos, certo Breno? E assim, um  
86 município que tem uma unidade de conservação que apresente esse tipo de  
87 problema, colocaríamos lá com um critério para pontuar e no programa de  
88 castração, é por demanda. Então, temos esses convênios que eu falei e  
89 conseguimos atender mais rapidamente, assim, em um prazo não muito  
90 longo, se identificarmos alguma unidade de conservação, algumas que têm  
91 esse problema, podemos levar o castra móvel para essas comunidades ou  
92 essas localidades que tenham isso e fazer uma ação de castração, castrar 400,  
93 500, 600 animais ali em uma semana, gato ou cachorro, certamente já vai dar  
94 algum impacto, teríamos esse impacto imediato de reduzir essa população, vi  
95 que você, Alexandre, é da universidade, existe um cálculo que caso alguém  
96 doe um casal de gato ou de cachorro, se eles procriarem ao longo de dez anos  
97 e as crias tem crias, que tem crias, que tem crias, isso pode chegar mais de 60  
98 mil descendentes, é claro que muitos morrem, mas mesmo assim existe uma  
99 curva ali que se não atuarmos nela, ela pode levar uma explosão populacional,  
100 dessa maneira, a castração é muito efetiva nesse sentido. Então, podemos  
101 sim, já estamos até em conversa, certo Breno? Vamos fazer esse  
102 mapeamento, saber quais UCs que têm esse tipo de problema, que  
103 apresentam e inserirmos eles lá na nossa lista de prioridades e já começar essa  
104 atuação, acho muito pertinente esse debate e muito oportuno termos essa  
105 conversa aqui na CPB”. Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Diogo,  
106 parabéns. Fico feliz de saber e de conhecer o trabalho. Valeu!” Paulo José de  
107 Oliveira (Fundação Relictos): “Presidente, primeiro boa tarde a todos e a  
108 todas, prazer está aqui com vocês cumprindo nossa missão. Gostaria de



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

109 parabenizar a apresentação e também pedir que ela seja disponibilizada para  
110 gente, por favor, pode ser? “Presidente Breno Esteves Lasmar:  
111 “Perfeitamente, vai estar disponível no site da reunião junto com o material e  
112 também podemos encaminhar o link para vocês” Paulo José de Oliveira  
113 (Fundação Relictos): “Legal! E também entendendo que provavelmente foi  
114 envolvido as entidades protetora dos animais no Estado, possivelmente são  
115 os parceiros que estão na execução lá na ponta, dá essa atenção especial para  
116 as em entidades, tive o prazer de ajudar a fundar, organizar cinco entidades  
117 protetoras de animais, hoje participo de uma ativamente e sei da importância  
118 da desse trabalho, já estava sendo necessário para que consigamos fazer um  
119 trabalho mais promissor, que realmente dê resultado. Lá em Formiga temos a  
120 PAF provavelmente é de conhecimento da equipe, Associação Protetora do  
121 Animais de Formiga em que há longa data vem fazendo esse trabalho,  
122 socorrendo inclusive, a prefeitura que não tem estrutura às vezes para fazer  
123 esse trabalho, assim como várias não devem ter. Então as entidades têm dado  
124 esse suporte e, quando vem um programa desse, que dá essas condições,  
125 facilita muito e ficamos felizes quanto protetores dos animais. Obrigado”.

126 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Obrigado Conselheiro. Pois não Diogo?  
127 “Diogo Soares de Melo Franco (Semad): “É isso mesmo conselheiro Paulo! Só  
128 ressaltar, de fato as entidades, os protetores e as ONGs são peças  
129 fundamentais na execução e de fato executam para a gente boa parte dessas  
130 atividades e sem eles, as prefeituras também teriam dificuldades e esse  
131 círculo é muito importante para nós”. Presidente Breno Esteves Lasmar:  
132 “Obrigado Diogo e companhia que está aí na reunião conosco, agradecemos  
133 a sua disponibilidade de poder participar aqui conosco e conselheiros, essa é  
134 uma brilhante iniciativa, gostaria de reforçar esse ponto que o Diogo colocou  
135 sobre o pedido da CPB e a partir disso poderemos trazer cada vez mais temas



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

136 de interface a essa Câmara, temas que possam ser apresentadas as iniciativas  
137 e poderemos juntos buscar novas ideias, novas propostas de trabalho e com  
138 isso, poderemos ir aperfeiçoando cada vez mais a gestão ambiental do nosso  
139 Estado. Obrigado Diogo, obrigado pela sua disponibilidade”. **6. Processos**  
140 **Administrativos para exame de Compensação Ambiental, conforme POA**  
141 **2022: 6.1 Artemio Pedro Banoski/Fazenda Barriguda, Triângulo, Vista**  
142 **Gaúcha, Nossa Senhora Aparecida, São Miguel e Mulungú - Culturas anuais,**  
143 **excluindo a olericultura; Avicultura de corte e reprodução; Silvicultura;**  
144 **Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem,**  
145 **descascamento ou classificação; Postos revendedores, postos ou pontos de**  
146 **abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de**  
147 **combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Buritis,**  
148 **Uruana de Minas e Arinos/MG - PA/Nº 00737/2003/002/2016 - SEI/Nº**  
149 **2100.01.0017944/2022-36 - Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.**  
150 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
151 Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea/MG,  
152 Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG; Uemg. Ressalvas Fiemg, CMI  
153 e OAB/MG: “Nos itens 6.1; 6.4; 6.5 e 6.7 quanto à duplicidade de marcação do  
154 índice de relevância de supressão de vegetação”. **6.2 Gerdau Açominas S.A. -**  
155 **Implantação ou duplicação de rodovias - Ouro Preto e Itabirito/MG - PA/Nº**  
156 **01776/2004/013/2011 - SEI/Nº 2100.01.0039623/2021-04 - Classe 3.**  
157 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
158 unanimidade nos termos do Parecer Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede;  
159 Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea/MG, Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos;  
160 OAB/MG; Uemg. Ressalva Fiemg, CMI e OAB/MG: “Nos itens 6.1; 6.4; 6.5 e 6.7  
161 quanto à duplicidade de marcação do índice de relevância de supressão de  
162 vegetação”. **6.3 Companhia Siderúrgica Nacional - Lavra a céu aberto -**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

163 **minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento;**  
164 **Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco;**  
165 **Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido -**  
166 **Arcos/MG - PA/Nº 00174/1986/014/2014 - SEI/Nº 2100.01.0052088/2021-**  
167 **39 - Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF. PROCESSO BAIXADO EM**  
168 **DILIGÊNCIA. Paulo José de Oliveira (Fundação Relictos): “Gostaria de clarear**  
169 **duas questões, primeiro: foi visto uma divisão de valor de compensação e tem**  
170 **uma outra reserva que não está contemplada no estudo e, acredito que deva**  
171 **está dentro do estudo, que é o Parque Natural Municipal Dona Ziza, ele está**  
172 **na área de influência. Então, gostaria de ver com a equipe técnica, o “por quê”**  
173 **que não foi incluído esse Parque Municipal também, e ele ser contemplado à**  
174 **compensação”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheiro, você gostaria**  
175 **de fazer todos os seus apontamentos de uma vez e em seguida chamamos o**  
176 **Thiago para poder fazer as informações ou já posso abrir a palavra para ele? “**  
177 **Paulo José de Oliveira (Fundação Relictos): “Não, porque dependendo dessa**  
178 **informação, não vai ter necessidade de esclarecer a outra”. Presidente Breno**  
179 **Esteves Lasmar: “OK! Thiago, por favor”. Thiago Magno (Gerência de**  
180 **Compensação Ambiental): “Estou olhando aqui o mapa de unidade de**  
181 **conservação, provavelmente não foi contemplado por que estávamos sem**  
182 **esse shape, da unidade de conservação da Dona Ziza. E realmente, para saber**  
183 **se ela está sendo afetada ou não, teria que ter o shape e jogar para verificar,**  
184 **sendo afetada, teria que realmente refazer o cálculo. Então, no caso**  
185 **precisamos do shape da unidade de conservação Dona Ziza”. Paulo José de**  
186 **Oliveira (Fundação Relictos): “Assim, nesse caso pediria a presidência para**  
187 **tirar de pauta para fazer esse levantamento técnico, porque pelo que**  
188 **entendo, até porque há pouco tempo votamos em outro processo similar e**  
189 **próximo, um pouco mais distante e ela estava na zona de amortecimento, na**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

190 área de influência. Acho importante isso, se puder atender esse nosso pedido,  
191 acho que seria mais seguro”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheiro,  
192 vamos baixar em diligência o item 6.3 da pauta para que possamos verificar  
193 quais foram as questões, os motivos e retornamos com esse processo  
194 oportunamente”. Paulo José de Oliveira (Fundação Relictos): “Ok, outra  
195 questão que queria colocar é o seguinte: Saber se tem como a equipe técnica  
196 solicitar da empresa como compensação ambiental uma forma de proteção  
197 da área de pintura rupestre, que é a única, quase que única na nossa região e  
198 que está dentro da unidade, da própria CSN, quase que dentro da indústria,  
199 um paredão com pintura rupestre considerável que tem que ser preservado,  
200 então seria uma forma de ver com a empresa uma maneira de melhor  
201 proteção, melhor acesso da comunidade, principalmente científica, para  
202 otimizar a proteção e também os estudos da área. Estamos em uma área  
203 cárstica riquíssima, temos as cavidades que foram colocadas no próprio  
204 estudo, mais a questão desse paredão com as pinturas rupestres que tem sido  
205 até acontecido depredação, porque não tem nenhum controle do acesso do  
206 público e não pedimos que proibam, mas que tenham um controle maior da  
207 empresa, acesso a esse sítio arqueológico. Dessa forma, pedir a equipe técnica  
208 verificar isso também, junto a empresa, pois ela é acessível, acredito que vai  
209 ter essa sensibilidade de apresentarem uma proposta dentro do estudo como  
210 compensação também, que é um ganho não só para a comunidade regional,  
211 mas para um todo, nossa sociedade, um pedido nosso”. Presidente Breno  
212 Esteves Lasmar: “Ok, conselheiro. Pedido anotado, vamos verificar todas as  
213 possibilidades, enquadramento também para essa proposta sobre a ótica das  
214 competências institucionais do Estado e da CPB e trazemos para a próxima  
215 reunião. Então, processo baixado em diligência”. Paulo José de Oliveira  
216 (Fundação Relictos): “Ok, obrigado”. **6.4 Zanini Florestal Ltda. - Silvicultura -**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

217 **Morada Nova de Minas/MG - PA/Nº 02470/2011/002/2011 - SEI/Nº**  
218 **2100.01.0016045/2022-93 - Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF.**  
219 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
220 Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea/MG,  
221 Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG; Uemg. Ressalva Fiemg, CMI  
222 e OAB/MG: “Nos itens 6.1; 6.4; 6.5 e 6.7 quanto à duplicidade de marcação do  
223 índice de relevância de supressão de vegetação”. **6.5 White Martins Gases**  
224 **Industriais Ltda. - Produção de substâncias químicas e de produtos químicos**  
225 **inorgânicos, orgânicos, exclusive produtos derivados do processamento do**  
226 **petróleo, de rochas oleígenas, do carvão de pedra e da madeira; Fabricação**  
227 **de cal virgem, hidratada ou extinta - Iguatama/MG - PA/Nº**  
228 **00032/1979/008/2015 - SEI/Nº 2100.01.0012688/2022-37- Classe 5.**  
229 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
230 unanimidade nos termos do Parecer Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede;  
231 Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea/MG, Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos;  
232 OAB/MG; Uemg. Ressalva Fiemg, CMI e OAB/MG: “Nos itens 6.1; 6.4; 6.5 e 6.7  
233 quanto à duplicidade de marcação do índice de relevância de supressão de  
234 vegetação”. **6.6 Usina Cerradão Ltda. - Fabricação e Refinação de Açúcar;**  
235 **Fabricação e Refinação de Açúcar; Produção de Energia Termoelétrica Zona**  
236 **Rural do Município de Frutal/MG - PA/Nº 10203/2006/013/2015 - SEI/Nº**  
237 **2100.01.0009957/2022-54 - Classe 6. Apresentação: GCARF/IEF.**  
238 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
239 Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea/MG,  
240 Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG; Uemg. Ressalva Fiemg, CMI  
241 e OAB/MG: “Nos itens 6.1; 6.4; 6.5 e 6.7 quanto à duplicidade de marcação do  
242 índice de relevância de supressão de vegetação”. **6.7 Paulo Arthur Chaim**  
243 **Sabonge e Outro/Condomínio Boa Esperança - Cultura de Cana-de-açúcar**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

244 **sem queimar; Silvicultura; Culturas anuais; Criação de bovino de corte;**  
245 **Criação de bovino de corte; Barragem de irrigação para agricultura; Ponto**  
246 **de abastecimento aéreo; Armazenamento de grãos e sementes não**  
247 **associados a outras atividades listadas; Beneficiamento de produtos**  
248 **agrícolas; Armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins -**  
249 **Paracatu/MG - PA/Nº 11996/2004/009/2015 - SEI/Nº**  
250 **2100.01.0018864/2022-28 - Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF.**  
251 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**  
252 **Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea/MG,**  
253 **Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG; Uemg. Ressalva Fiemg, CMI**  
254 **e OAB/MG: “Nos itens 6.1; 6.4; 6.5 e 6.7 quanto à duplicidade de marcação do**  
255 **índice de relevância de supressão de vegetação”. 6.8 Água Mineral do**  
256 **Cerrado de Minas Ltda. EPP - Extração de água mineral ou potável de mesa;**  
257 **captação de 107.000.000 L/ano de água mineral - Zona Rural, divisa dos**  
258 **municípios de Campos Altos e São Gotardo/MG - PA/Nº**  
259 **41178/2013/001/2014 - SEI/Nº 2100.01.0014624/2022-48 - Classe 3.**  
260 **Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por**  
261 **unanimidade nos termos do Parecer Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede;**  
262 **Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea/MG, Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos;**  
263 **OAB/MG; Uemg. Ressalva Fiemg, CMI e OAB/MG: “Nos itens 6.1; 6.4; 6.5 e 6.7**  
264 **quanto à duplicidade de marcação do índice de relevância de supressão de**  
265 **vegetação”. 7. Processos Administrativos para exame de Compensação**  
266 **Ambiental decorrente da instalação de empreendimentos minerários: 7.1**  
267 **Vale S.A. - Mina do Pico - Minério de ferro; Pilhas estéril; Estradas para**  
268 **transporte de minérios/estéril; Mineroduto; Lavra a céu aberto sem**  
269 **tratamento ou tratamento a seco; Subestação de energia elétrica - Itabirito,**  
270 **Nova Lima e Rio Acima/MG - PA/Nº 00211/1991/057/2010 - ANM:**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

271 **930.593/1988 - SEI/Nº 2100.01.0017200/2022-45 - Classe 6. Apresentação:**  
272 **Regional Metropolitana.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
273 nos termos do Parecer Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra;  
274 CRBio-04; Ibama; Crea-MG; Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG;  
275 Uemg. Discussões registradas antes da votação deste item de pauta.  
276 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Pergunto aos senhores conselheiros, se  
277 nos relatórios de vistas apresentados há algum ponto adicional que gostariam  
278 de fazer detalhamento ou informação que gostariam de prestar? “ Lidiane  
279 Carvalho de Campos (Fiemg): “Gostaria só de enfatizar que o posicionamento  
280 da Fiemg é que a proposta atende os prefeitos da Portaria do IEF nº 27 de  
281 2017, e por isso a Fiemg entende que não há óbices jurídicos para votação  
282 dessa compensação e sugerimos o deferimento da proposta”. Presidente  
283 Breno Esteves Lasmar: “Ok, obrigado Lidiane”. Luiz Gustavo Nunes Vieira da  
284 Silva (Amda): “Gostaria de detalhar o nosso pedido de vistas, fizemos em  
285 conjunto a análise dos itens 7.1 e 7.2. São dois processos, um de 20.500.000  
286 (vinte milhões e quinhentos mil), outro de 62.600.000 (sessenta e dois milhões  
287 e seiscentos mil) localizados na área de influência de parte dos parques mais  
288 importantes do vetor sul da região metropolitana de Belo Horizonte,  
289 destacando Rola-Moça, Estação Ecológica de Fechos e Movimento Natural da  
290 Serra da Calçada e Serra da Gandarela, então pega praticamente as principais  
291 unidades de conservação. Esses recursos se devidamente aplicados, gostaria  
292 de chamar a atenção do parecer da nossa colega Lidiane da Fiemg, que  
293 destaca o próprio interesse da empresa investir em unidades de conservação  
294 diretamente atingidos pelo empreendimento e esses recursos, se investidos  
295 nessas unidades de conservação, serão fundamentais para concretizar  
296 corredores ecológicos, fortalecer as conectividades ambientais, regularização  
297 fundiária, todas essas unidas de conservação são pendentes de regularização



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

298 fundiária e estamos falando de valores elevados, é uma dúvida que gostaria  
299 de tirar após a minha apresentação, se esse recurso vai para o caixa único,  
300 como a sociedade civil consegue fiscalizar esse recurso após ele ir para o caixa  
301 único? Como a CPB vai saber da aplicação desse recurso? Porque ele não é  
302 direcionado, ele fica solto, então a partir do momento que ele entrará em  
303 caixa único, temos essa preocupação de realmente saber se ele foi aplicado. É  
304 uma cobrança da Amda, é uma cobrança da CPB, não somente da Amda, mas  
305 outros conselheiros também destacam, o Alexandre da Uemg, sempre  
306 cobramos para onde estão indo os recursos do POA, quanto é gerado e para  
307 onde ele vai. Porque até onde temos conhecimento, esse recurso não está  
308 sendo aplicado, não está sendo aplicado conforme o POA, não está sendo  
309 aplicado conforme são recolhidos, assim, que entra para o caixa do Estado.  
310 Gostaria de aproveitar e agradecer ao conselheiro Paulo José da Relictos pela  
311 colaboração também desse estudo, o Francisco Mourão pediu a inscrição,  
312 porém ele não recebeu a resposta, ele preencheu o questionário. Mas vamos  
313 às preocupações da Amda, a principal delas é, é aplicado os recursos onde os  
314 impactos são sentidos, então essas empresas têm uma responsabilidade  
315 ambiental com aqueles locais onde elas geram impacto e enquanto não existe  
316 um fundo que possa receber esse recurso e direcionar para essas unidades de  
317 conservação, o nosso desejo é que ele seja aplicado onde realmente causou o  
318 impacto. Tem uma frase que eu gostaria de ler, que diz “apesar das propostas  
319 de compensação apresentadas pelo parecer técnico do IEF sugerirem a  
320 aplicação dos recursos em algumas unidades de conservação da região, não  
321 detalha como isso será feito, enfatiza a aplicação na manutenção de UCs sem  
322 se referir se quer ações de regularização fundiária ou a realização de estudo e  
323 de propostas para aplicação da área protegida na região, não detalha também  
324 a estratégia para aplicação de modo a impedir que os recursos seja



### **Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

#### **Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

325 direcionado a outras finalidades não previstas pelas normas que tratam do  
326 assunto, a exemplo do que vem ocorrendo com valores arrecadados através  
327 de compensações ambientais feitas pelo SNUC que conseqüentemente cai  
328 dentro desse caixa único e nós não temos conhecimento se realmente foi  
329 aplicado”. Então finalizando, um destaque principal, a Mina Córrego do Feijão,  
330 ela foi fundamental para a quebra de conectividade entre dois dos principais  
331 remanescentes florestais localizados no município de Brumadinho, de um lado  
332 temos a Serra do Rola-Moça e do outro o reservatório do Rio Manso, e a Mina  
333 Córrego do Feijão ficou no meio, entre essas duas, infelizmente não tivemos  
334 nenhum recurso aplicado para a conectividade desses dois ambientes, nem  
335 sequer recursos da compensação do dano do acidente que ocorreu na  
336 barragem. Então, solicitamos novamente que esses recursos sejam  
337 direcionados para sanar esses problemas que estão vindo desde o surgimento  
338 da mineração até os dias atuais, dessa forma, o parecer também destaca a  
339 ausência de mecanismos de recolhimento e aplicação dos recursos  
340 compensatórios Minas Gerais, o que torna inviável para o terceiro setor,  
341 inclusive, para a CPB fiscalizar e saber se esses recursos estão sendo  
342 direcionados. Assim, para não avançar demais nas discussões, finalizo falando  
343 que o Ibama já tem um fundo federal instaurado para todos os acordos  
344 ambientais, o estado do Rio de Janeiro também já tem esse fundo, outros  
345 estados também possuem esse fundo, alguns municípios também, isso facilita  
346 a aplicação, a fiscalização e a gestão desses recursos. Dessa forma, pedimos  
347 que esse processo seja retirado de pauta, que seja direcionado para as  
348 unidades de conservação no entorno desses empreendimentos, enquanto  
349 isso gostaria que as duas dúvidas apresentadas fossem esclarecidas”. Paulo  
350 José de Oliveira (Fundação Relictos): “Presidente, gostaria de complementar  
351 a fala do companheiro Luiz Gustavo, somente corroborando o nosso parecer,



## Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

### Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022

352 colocando essa importância do direcionamento de recursos, quando é que se  
353 tem ele, ter realmente essa vinculação para a regional do local onde há o  
354 impacto, isso inclusive para outros processos, outras Câmaras também terem  
355 esse critério, esse caixa único, sabemos que não temos essa segurança,  
356 certeza de que realmente o local vai ser beneficiado pelo próprio impacto que  
357 está sofrendo. Então, isso é bem pertinente, gostaria só de reforçar isso nesse  
358 sentido, sabemos por exemplo que, quando o Estado reclama da falta de  
359 recursos, até privatizando os parques é porque não tem condição, mas  
360 quando entra um recurso, não sabemos se realmente esses recursos estão  
361 sendo canalizados para as necessidades do meio ambiente, da preservação,  
362 da melhoria ou da recuperação. Desse modo, isso seria uma forma do próprio  
363 Estado estar beneficiando os locais onde estão sendo impactados, ok?  
364 Obrigado”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Ok, obrigado conselheiros. Vou  
365 passar a palavra para a Renata Denucci que é a gerente responsável pela área,  
366 e ela vai poder trazer os esclarecimentos sobre alguns pontos que foram  
367 trazidos nos pareceres de vista”. Renata Denucci (IEF): “Boa tarde a todos. Sou  
368 gerente da compensação ambiental regularização fundiária, cumprimento a  
369 todos os conselheiros, meus colegas de trabalho, todos que estão aqui  
370 presentes e também os que estão assistindo pelo YouTube. Vou fazer uma  
371 pequena apresentação com o intuito de responder as dúvidas e os  
372 questionamentos da Amda e da Relictos, e esperamos que fique mais claro  
373 para vocês, vou projetar a tela aqui (*\*feita a projeção da tela\**). Bom, hoje  
374 vamos falar um pouco da Compensação Ambiental Florestal Minerária, na  
375 modalidade implantação que é o tema que está sendo questionado, sobre o  
376 processo de compensação Minerária da Vale, na modalidade implantação.  
377 Sobre a base legal da compensação Minerária, temos essas 7 (sete)  
378 normativas que trazem orientações de certa maneira, para o processo de



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

379 compensação minerária, todas as normativas ‘aí’ vocês podem aprofundar e  
380 conhecer melhor no site do IEF, trouxe aqui o link e vamos colocar à disposição  
381 essa apresentação e vocês podem pesquisar lá dentro do site do IEF “Unidades  
382 de Conservação”, “Compensação” dentro do link de compensação tem  
383 compensação Minerária e tem todos os links dessas normativas para vocês  
384 aprofundarem, essa é a nossa base legal. Nas normativas que apresentamos,  
385 principalmente, o Decreto nº 47.749 da nossa normativa mais recente, traz  
386 três modalidades que os empreendedores têm oportunidade de trabalhar  
387 com a compensação, vale destacar que a compensação Minerária tem uma  
388 característica diferente da compensação SNUC, a característica da  
389 compensação minerária é ter execução direta pelo empreendedor, não vem  
390 recurso depositado no caixa único do Estado, o empreendedor pode optar por  
391 destinação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidades de  
392 Conservação, pendente de regularização fundiária ou sua ampliação,  
393 execução direta, ele pode opinar por destinação ou Poder Público de área  
394 considerada de relevante interesse ambiental para a criação de UC de  
395 Proteção Integral. Vale ressaltar que esta segunda opção, o processo de  
396 compensação tem que estar enquadrado no §2º, do artigo 75 da Lei nº 20.922,  
397 de 2013 e temos a terceira modalidade, que também é uma possibilidade de  
398 trabalhar com a implantação ou manutenção de UC de Proteção Integral com  
399 execução do empreendedor por meio de plano de trabalho, esse três ‘aqui’  
400 deixei destacado, porque é a modalidade que a Vale fez opção. Então, dentro  
401 dos procedimentos para executar e para cumprir a compensação minerária, a  
402 primeira motivação é o ato autorizativo ou a licença que vem vinculada  
403 condicionante ao artigo 75, da Lei nº 20.922, de 2013, com esse ato  
404 autorizativo condicionado ao artigo 75, o empreendedor, o IEF busca as  
405 orientações das normativas que foram contempladas no primeiro slide e faz o



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

406 peticionamento eletrônico do processo de compensação, conforme a Portaria  
407 27 e também segundo o anexo 2, principalmente, contemplando ali no  
408 peticionamento todo o rol de documentos necessários que está na Portaria  
409 27, de 2017 e o projeto executivo. Nesse projeto executivo, ele vai escolher  
410 qual modalidade vai compensar de acordo com o artigo 75, após o  
411 peticionamento eletrônico, o SEI Gcarf Mineração recebe esses processos  
412 conforme Portaria IEF nº 27, de 2017, já indicando a modalidade que ele  
413 escolheu, o processo de compensação é distribuído para regional providenciar  
414 a análise da compensação, isso caso o recurso da modalidade de implantação  
415 for somente para unidade de conservação da regional competente, se o  
416 recurso para implantação envolver mais de uma regional, que é sempre  
417 possível isso acontecer com facilidade, a gestão dos planos de trabalho fica  
418 aqui na sede. Na etapa 3, ocorre lá na regional ou aqui na sede a análise do  
419 processo de compensação e nessa análise – como estamos falando de  
420 modalidade implantação que tem um recurso de execução indireta pelo  
421 empreendedor – considera para chegar no cálculo, o número de hectares  
422 suprimidos, qual fitofisionomia que foi suprimida e o valor da Ufemg  
423 relacionada a cada tipo de fitofisionomia, isso vocês podem encontrar a  
424 metodologia no anexo 2 da Portaria nº 27, lá traz toda a orientação de como  
425 fazer essa equação, em seguida faz a elaboração do parecer único,  
426 contemplando o valor que foi aqui relatado nesse Parecer Único (PU) que está  
427 em discussão, o valor total do compensação e a indicação da bacia para  
428 destinação do recurso e depois com tudo formalizado, ocorre a deliberação  
429 desse PU aqui na CPB, deliberamos a compensação aqui na CPB e  
430 posteriormente a deliberação do PU na CPB, o IEF elabora um termo de  
431 referência e esse termo de referência vai contemplar a contratação de serviço,  
432 manutenção de UC ou aquisição de bens patrimoniáveis e a destinação das



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

433 ações sempre é para as unidades de conservação localizadas na bacia que  
434 ocorreu a intervenção. Ou seja, está lá no PU vamos supor, bacia do São  
435 Francisco, o IEF obedece, faz o levantamento das unidades de conservação  
436 que estão na proximidade ou na bacia que ocorreu a intervenção, faz o  
437 levantamento das necessidades, faz o levantamento das prioridades e  
438 elabora o termo de referência. Com o termo de referência elaborado, o  
439 empreendedor recebe esse termo e envia três orçamentos referente ao  
440 objeto do termo de referência e apresenta média de valores para serem  
441 contemplados no plano de trabalho, esse plano de trabalho elaborado pelo  
442 IEF contemplando o valor, unidade de conservação que será beneficiada e  
443 especificação do objeto vem para a CPB para deliberação, essas deliberações  
444 de plano de trabalho ocorrem desde 2017, principalmente desse recurso da  
445 Vale, após a deliberação do plano de trabalho na CPB, elabora um termo de  
446 compromisso, por quê? Esse termo vincula esse plano de trabalho que foi  
447 aprovado aqui na CPB, em seguida elabora um cronograma físico e financeiro  
448 junto ao empreendedor, porque nesse momento já tem ali deliberado junto  
449 ao empreendedor qual vai ser o atendimento, qual a empresa que vai atender  
450 o serviço, qual empresa ganhou no orçamento, então faz o cronograma físico  
451 e financeiro e, posteriormente faz execução do plano de trabalho. Após a  
452 execução do plano de trabalho, temos termo de conclusão do plano de  
453 trabalho, o termo de conclusão de compromisso pode ser fornecido para o  
454 empreendedor após a liquidação de todo o valor, por exemplo, esse processo  
455 está sendo deliberado aqui de 60 milhões, possivelmente, não vai ser somente  
456 um plano de trabalho, serão vários planos de trabalho e após a liquidação  
457 desse termo por meio de planos de trabalho, fornecemos para ele um termo  
458 de conclusão. Eu trouxe para vocês sobre a modalidade implantação porque  
459 são vários itens que podem ser trabalhados com implantação, por exemplo, o



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

460 que usamos do recurso da mineração para trabalhar com itens implantação, o  
461 que vem nos planos de trabalho que vocês deliberam aqui? Plano de manejo,  
462 projeto de infraestrutura, manutenção de UC, contratação de consultoria,  
463 cercamento de unidade de conservação, implantação de programa de  
464 educação ambiental, contratação de serviços de georreferenciamento – já foi  
465 deliberado plano de trabalho aqui – aquisições de bens móveis. Então, esses  
466 são exemplos de itens de implantação que costumamos trabalhar em termos  
467 de referência e posteriormente, plano de trabalho. Trouxemos uma conclusão  
468 de devolutiva, resumindo todos os questionamentos, então informamos que  
469 a Modalidade Implantação abarca itens de contratação de serviços,  
470 manutenção e estruturação das Unidades de Conservação. A compensação  
471 por doação de áreas ao poder público restringe a modalidade específica que  
472 depende da opção do empreendedor, conforme apresentei lá no terceiro  
473 slide, ele tem a opção de fazer doação de área pela modalidade de doação de  
474 área ao Poder Público, se ele opta pela segunda ou terceira opção, já é uma  
475 modalidade específica que não entra o recurso para esse fim; 2: os recursos  
476 da mineração são destinados as unidades de conservação da mesma bacia que  
477 ocorreu a intervenção ambiental; a priorização das ações é definida no âmbito  
478 da DIUC; 3: as ações de proteção a biodiversidade, com utilização do recurso  
479 da mineração, estão restritas a aplicação no interior das unidades de  
480 conservação de proteção integral; 4: Projeto para criação do fundo financeiro  
481 do recurso da mineração não é factível, pois a execução é direta pelo  
482 empreendedor. Pelo exposto, sugerimos a deliberação do processo na CPB  
483 para que possamos dar encaminhamento às próximas etapas que são:  
484 priorização das ações, priorização de unidade de conservação, elaboração de  
485 termos de referências, planos de trabalho e execução do recurso. Estou à  
486 disposição para qualquer dúvida, espero ter esclarecido pelo menos um



## **Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

### **Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

487 pouco”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Obrigado, Renata. Temos um  
488 pedido de fala do Alexandre Nascimento da UEMG, em seguida abro aos  
489 demais conselheiros que tiverem interesse em manifestar, um ponto  
490 importante que gostaria de chamar atenção da exposição que foi feita pela  
491 Renata, é no sentido de podermos compreender melhor esse fluxo de quais  
492 são os processos que estão sendo submetidos à essa Câmara, quais são as  
493 competências momentâneas da Câmara no acatamento ou não da proposta  
494 de compensação para que posteriormente haja a deliberação sobre os  
495 projetos específicos dos denominados planos de trabalho, que trarão os  
496 investimentos que serão realizados nas unidades de conservação e assim,  
497 teríamos melhores condições de poder ver com que esses investimento  
498 estejam sendo realizados. Então é importante trazer esse esclarecimento  
499 inicial apenas de forma que consigamos separar esse importante instrumento  
500 e mecanismo que foi introduzido pela Legislação Mineira, para investimentos  
501 nas unidades de conservação de forma direta ao invés de ser através do  
502 recolhimento dos recursos ao tesouro do Estado como outras receitas são  
503 assim feitas. Com a palavra, Alexandre”. Alexandre Túlio Amaral Nascimento  
504 (Uemg): “Obrigado, primeiramente, aos colegas conselheiros Luiz Gustavo da  
505 Amda e ao Paulo José da Relictos pelo retorno de vista, à Renata muito  
506 obrigado, especialmente, pelo esclarecimento que você trouxe para a gente.  
507 Porque essa questão da compensação minerária, sempre me deixou em  
508 dúvida, pois quando analisamos o artigo 75 da Lei nº 20.922, de 2013, ele fala  
509 da implantação de unidade de conservação e da regularização fundiária e ele  
510 também fala no § 5º que “quando não for viável a criação de uma nova  
511 unidade de conservação, o empreendedor poderá adotar a medida  
512 compensatória em outro território” enfim, a leitura desse artigo e do que  
513 compõem ele, sempre me levou a entender que quando falamos de



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

514 implantação, poderíamos estar falando de fato da criação de unidade de  
515 conservação e hoje você me esclareceu que não é bem isso. Então, te  
516 agradeço e queria pedir, você já disse que nos disponibilizaria, mas gostaria  
517 de reforçar o pedido, de ter acesso a essa apresentação que você fez hoje, vai  
518 ser útil para mim, até porque compartilho com esse Conselho que estou  
519 planejando um projeto de pesquisa relacionada a compensação ambiental,  
520 então eventualmente até te procuro Renata, para conversar um pouco e  
521 gostaria de aproveitar e fazer uma pergunta sobre o artigo 43, do Decreto  
522 47.749, de 2019 que prevê que o IEF criará um banco de dados com áreas no  
523 interior de UCs degradadas ou pendentes de regularização fundiária para  
524 compensação ambiental, essa pergunta vem na toada de questão que eu faço,  
525 desde que entrei na CPB, sei que ela talvez está mais amarrada com a  
526 compensação POA e SNUC, estamos falando aqui de mineração, mas queria  
527 aproveitar o ensejo para endossar esse couro, se há um banco de dados, os  
528 critérios e, mesmo sobre a compensação do POA e do SNUC, se temos  
529 montantes ou se é tudo 100% contingenciado no cofre do Estado. Talvez se  
530 tivéssemos o que temos de regularização fundiária por ano, por cada tipo de  
531 compensação possível, como que isso é predicado, que temos visto acontecer,  
532 temos argumentos mais concretos para combater a última divulgação da SOS  
533 Mata Atlântica e do INPE, por exemplo, que coincidentemente foi no dia 26  
534 do mês passado, estávamos aqui na reunião e esses dados estavam sendo  
535 lançados e coloca Minas, mais uma vez, em uma posição totalmente vexatória  
536 de perda de Floresta Atlântica e, enfim, contra dados não se discute, então  
537 acho que precisamos entender melhor. Renata, queria te perguntar sobre  
538 esse artigo 43 do Decreto, te agradecer e te pedir a apresentação, ok? Muito  
539 obrigado”. Renata Denucci (IEF): “Ok, vamos disponibilizar a apresentação  
540 junto com o material da CPB. Em relação ao artigo 43, lançamos três camadas



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

541 na IDE, lançamos no dia 23 de setembro de 2021, se não me falha a memória,  
542 na IDE você vai encontrar dentro da pasta de regularização, uma pasta de  
543 regularização fundiária e temos três camadas que apresentam as matrículas  
544 que estão disponíveis para compensação, as matrículas escrituradas e as  
545 matrículas que estão registradas. Não estamos no Mundo Ideal, mas para  
546 cumprir o nosso dever de estar honrando com o artigo 43, juntamos esforços  
547 lá dentro da Gcarf e por meio das demandas de declaração de localização,  
548 dentro das unidade de conservação, fomos montando um banco de dados e  
549 hoje, esse banco de dados de matrículas que não estão em nome do IEF,  
550 criamos uma camada para dar publicidade dessas matrículas que não estão  
551 em nome do IEF, temos projetos de aprimorar, no próximo projeto a nossa  
552 ideia é pegar todas as matrículas que foram declaradas dentro das unidades  
553 de conservação e vamos lançar nessa camada, aprimorando a informação.  
554 Vale ressaltar que, temos limitação, indicamos a matrícula que não está em  
555 nome do IEF, a Lei da LGPD nos limita colocar os dados do proprietário, então  
556 em relação a isso não conseguimos atender, não podemos dar o nome do  
557 proprietário, só fornece a matrícula, o nome da Fazenda, qual parque está  
558 localizado, nesse sentido. Se você tiver dificuldade, criamos lá no site da  
559 regularização, um tutorial para você conhecer essas matrículas, mas  
560 infelizmente ainda não estamos no mundo ideal, não conseguimos lançar  
561 todas as matrículas, porque nem todas conseguimos identificar ainda”.

562 Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Obrigado, Renata. Acho que o  
563 nome do proprietário da matrícula é o de menos, o que interessa para gente  
564 é o desenho, a análise de paisagem, sempre nesses contextos, mas obrigado.”.

565 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Obrigado, Conselheiro. Com a palavra  
566 Conselheiro Paulo José”. Paulo José de Oliveira (Fundação Relictos): “Queria  
567 só agradecer também a Renata, pela explanação. Mas só me atentar para



## **Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

### **Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

568 analisarmos essa questão lá do início da apresentação, onde já coloca que o  
569 empreendedor escolhe onde vai direcionar compensação dele, acredito que  
570 talvez o papel dos Conselhos é esse, embora esteja calçada aí na Legislação,  
571 mas vemos uma forma de rever isso, acredito que o Estado por meio dos  
572 Conselhos, definirmos onde vai ser direcionado, ou seja, não o empreendedor,  
573 mas o Estado direcionar onde é melhor aplicado, porque às vezes  
574 empreendedor vai escolher aquele que é menos necessário na área de  
575 impacto. Primeiro, priorizar a área de impacto, segundo as comunidades  
576 impactadas, a área impactada e em terceiro lugar, termos essa forma de  
577 canalizar o recurso para onde a comunidade entende interessante, acho que  
578 isso seria via próprio Conselho, criarmos o dispositivo quando tiver análise de  
579 processo dessa forma, para que revertemos a compensação, realmente para  
580 onde precisa, para aquilo que preciso, porque nem sempre o empreendedor  
581 vai escolher aquele onde a comunidade mais precisa, que o meio ambiente  
582 mais precisa, que está sendo impactado. Então, gostaria de deixar esse pedido  
583 para que encaminhamos para algum posicionamento de quem é de direito,  
584 seria isso também, obrigado”. Presidente Breno Esteves Lasmar:  
585 “Conselheiros, estávamos fazendo uma avaliação da fala do Conselheiro e  
586 acredito que um ponto que chamou atenção para podermos trazer um pouco  
587 mais de informação é o seguinte: quando o empreendedor entra com  
588 processo de compensação, ele indica a modalidade que tem interesse, por  
589 exemplo, implantação. Feita essa sugestão, vamos fazer na análise do  
590 processo que vai trazer aqui para a CPB, a informação sobre a modalidade de  
591 implantação que foi escolhida, por exemplo, e a partir do momento em que  
592 essa Câmara entender que é viável, que foi aprovado esse propósito, caberá  
593 posteriormente naquela segunda etapa de investimento da análise que vai  
594 trazer para a CPB também, o plano de trabalho específico para aquela



## Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

### Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022

595 compensação que foi é realmente ela se revertem em ações para que o  
596 empreendedor execute. Então, a CPB acaba atuando nesse processo em dois  
597 momentos distintos, o primeiro ela prova o conceito da compensação que foi  
598 submetida, dessa forma, aprova aquele processo de compensação como estes  
599 que estão na pauta de hoje, posteriormente quando começarmos a fazer os  
600 planos de trabalho para o investimento desse recurso, trazemos novamente à  
601 CPB dizendo: há interesse por parte do Estado em promover uma  
602 determinada ação dentro da unidade de conservação X e assim vinculamos,  
603 aquela compensação que foi aprovado anteriormente aqui na CPB para essa  
604 proposta que o IEF está trazendo, então conseguimos fazer um vínculo entre  
605 esse primeiro momento que estamos hoje em discussão dos processos e,  
606 aquele segundo momento que será do investimento propriamente dito para  
607 a implantação daquela unidade no caso dessa modalidade escolhida. Desse  
608 modo, acaba que se oportuniza a CPB esses dois momentos de poder discutir  
609 a questão, um primeiro momento que seria a modalidade escolhida, quais são  
610 os critérios que foram aplicados, as regras da Portaria para poder se chegar ao  
611 valor de compensação para esse caso, e o segundo momento que é o  
612 investimento que será feito para esse recurso que foi aprovado ou para essa  
613 modalidade que foi aprovada. Com a palavra, Conselheiro Luiz Gustavo”. Luiz  
614 Gustavo Nunes Vieira da Silva (Amda): “Primeiramente, gostaria de agradecer  
615 a apresentação da Renata, foi bastante esclarecedora, muito bem organizado  
616 os slides, complementado agora pelo presidente Breno, e tem o total  
617 conhecimento de como serão os processos daqui para frente, porque foi a  
618 primeira vez que votamos a conversão em pecúnia, conversão da  
619 compensação minerária, então surgiram essas inúmeras dúvidas e essa  
620 apresentação foi bastante esclarecedora e, também gostaria de compartilhar  
621 uma dúvida que tenho, que vai em caminho do questionamento do Paulo da



## Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

### Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022

622 Relictos é: quando retornar esse plano de trabalho, que haja uma participação  
623 dos Conselhos das unidades de conservação, porque estamos falando de  
624 recursos elevados, recursos altos, é a primeira vez desde que estou na CPB  
625 que temos esse recurso de execução direta de empreendedores, um mutante  
626 muito elevado, na próxima semana também teremos esse montante elevado,  
627 então é fundamental que esses processos passem pelos Conselhos das  
628 unidades de conservação para que não seja engessado somente dentro do IEF  
629 e sejam um recurso compartilhado, uma gestão compartilhada com os  
630 Conselhos das unidades de conservação”. Presidente Breno Esteves Lasmar:  
631 “Ok, Conselheiro, sua contribuição foi anotada, vamos levar para avaliação  
632 interna no âmbito do Sisema, uma vez que não temos esse procedimento por  
633 ausência até mesmo de previsão normativa para isso, mas não deixa de ser  
634 uma contribuição de aperfeiçoamento do processo como foi bem destacado  
635 aqui. Conselheiro Paulo José? “ Paulo José de Oliveira (Fundação Relictos):  
636 “Somente um complemento. Já tive experiência de ver uma empresa  
637 apresentar, por exemplo, um plano de trabalho como compensação com a UC  
638 e ficar um confronto entre o plano de manejo e em contrapartida o plano de  
639 trabalho. Assim, o negócio foi indo por muito tempo e acabou que fica  
640 prejudicado e muita coisa não sai como deveria ser, a própria unidade de  
641 conservação por meio de seus técnicos, acaba tendo que abrir mão de  
642 algumas coisas para ver se a coisa flui e, não fica com o tamanho que  
643 realmente deveria ser, há um prejuízo. Então, que também se estude uma  
644 forma – de quando vier para a CPB – que venha para a CPB colocar isso, que  
645 venha também as partes interessadas com apresentação das demandas,  
646 porque às vezes é um processo de uma área que não conhecemos, não  
647 sabemos as demandas, mas que existem, desse modo, que haja esse chamado  
648 para os entes envolvidos na UC, a gente parte do princípio que todas têm o



## Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

### Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022

649 seu Conselho próprio, embora pode não ser deliberativo, as vezes só  
650 consultivo, mas exatamente para isso, que tenhamos esse tempo hábil da  
651 consulta para fazermos isso, realmente, com consciência tranquila  
652 aproveitando esse momento. Seria nesse sentido para fazer esse pedido e  
653 depois, pedir também para a Renata disponibilizar para nós a apresentação,  
654 se puder, agradecemos”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheiro,  
655 então vamos levar essa contribuição e buscar uma forma de melhoria dos  
656 nossos processos. Conselheiro Adriano Manetta pediu a palavra”. Adriano  
657 Nascimento Manetta (CMI): “É uma fala bem breve, somente colocar meu  
658 elogio, da apresentação trazida pela Renata. Porque de fato, mesmo  
659 constando o caminho, nem documento oficial, há um trauma e um receio  
660 antigo de que os recursos terminem no caixa único do Estado, então, acho que  
661 é importante para que a sociedade perceba que não, em especial esses  
662 recursos que vem projetos que tem uma carga emocional forte, é importante  
663 que sejam bem alocados. Dessa forma, é importante melhoria de processo,  
664 tornar mais visível, mais público, mais conhecível pelo cidadão, até porque são  
665 recursos significativos dentro de um Estado que em geral, não consegue  
666 aplicar nada, hoje em dia é difícil conseguir verba pública para qualquer  
667 finalidade, então os nossos parabéns pela apresentação feita, foi muito  
668 didática. Obrigado”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheiro Luiz  
669 Gustavo, tivemos aqui a inscrição como informado do senhor Francisco  
670 Mourão da Amda, e nos foi passado pela equipe da Secretaria Executiva, que  
671 o telefone de contato disponibilizado por ele, parece que houve algum  
672 equívoco no preenchimento do número e não conseguimos fazer contato com  
673 a pessoa. Existe alguma outra forma de contato com ele, para podermos então  
674 viabilizar a participação? “ Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva (Amda): “Sr.  
675 Presidente, obrigado pela preocupação, eu consegui conversar com ele



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

676 durante a reunião, ele me passou as dúvidas e, ele também gostaria de  
677 agradecer a apresentação que foi feita, porque realmente foi bastante  
678 esclarecedora no quesito das dúvidas”. Presidente Breno Esteves Lasmar:  
679 “Certo! Bom, estamos à disposição se o interessado estiver em condições e  
680 quiser participar, basta atualizarmos essa informação do contato aqui, que  
681 não haverá dificuldade”. Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva (Amda): “Eu até  
682 encaminhei o novo contato para a equipe, porém, vejo que todos os  
683 esclarecimentos já foram feitos. Então, gostaria de agradecer novamente”.  
684 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Ok. Então nesse caso, vamos permanecer  
685 à disposição, qualquer outra oportunidade que tiver necessidade organizamos  
686 de forma mais adequada também. Senhores, temos aqui um processo que  
687 ficou em discussão, iniciamos tratando como sendo item 7.1, mas como é de  
688 conhecimento, os itens 7.1 e 7.2 abarcam a mesma necessidade que fizemos,  
689 a mesma apresentação que foi feita pela nossa equipe de esclarecimento e os  
690 pareceres, acabam abordando aspectos que entendemos que foram  
691 devidamente esclarecidos e informados. Então, gostaria de propor que  
692 pudéssemos, agora encerrada a fase de debate, colocar em votação o item 7.1  
693 e 7.2 de forma conjunta, caso os conselheiros queiram tratar dessa forma,  
694 caso contrário, vamos fazer separadamente. Conselheiro Alexandre? “  
695 Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Entendo que o retorno de vistas  
696 que trouxemos do item 7.2 da Mina Córrego do Feijão, tem alguns pontos  
697 novos em discussão que eu gostaria de colocar”. Presidente Breno Esteves  
698 Lasmar: “Ok, então vamos fazer separadamente. Vou colocar o item 7.1 Vale  
699 S.A. - Mina do Pico em votação”. Após a votação do item 7.1, o presidente  
700 inicia a discussão do item **7.2 Vale S.A. - Mina Córrego do Feijão - Lavra a céu**  
701 **aberto com tratamento seco e úmido - minério de ferro; Barragem de**  
702 **rejeito; Pilha de estéril/rejeito, estradas para transporte de minério, Estação**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

703 **de Tratamento de Esgoto - ETE; Posto de abastecimento; Subestação de**  
704 **energia elétrica; Obras de infraestrutura - Brumadinho/MG - PA/Nº**  
705 **00245/2004/046/2010 - ANM: 931.344/2005 - SEI/Nº**  
706 **2100.01.0017903/2022-76 - Classe 6. Apresentação: Regional**  
707 **Metropolitana.** Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer  
708 Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea-MG;  
709 Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG; Uemg. Discussões  
710 registradas antes da votação deste item de pauta. Presidente Breno Esteves  
711 Lasmar: “Com a palavra Conselheiro Alexandre Nascimento”. Alexandre Túlio  
712 Amaral Nascimento (Uemg): “Vou fazer algumas considerações do retorno de  
713 vista que foi disponibilizado para todo o Conselho, mas enfim, quero pontuar  
714 que me chamou atenção o primeiro fato de ser a Mina Córrego do Feijão, onde  
715 tivemos no dia 25 de janeiro de 2019, o rompimento da barragem de rejeitos  
716 dessa Mina e causou 270 mortes, considerando mais dois fetos e todos os  
717 estragos socioambientais causados. Assim, chama muito a atenção o fato de  
718 que estamos analisando uma compensação ambiental após 11 (onze) anos  
719 dessa licença de revalidação, inclusive, 5 (cinco) anos após o vencimento do  
720 prazo da licença de operação do empreendimento e, entendo que isso tem  
721 um agravante forte do que aconteceu na Mina Córrego do Feijão e  
722 pesquisando, tentando entender melhor por que que essa compensação  
723 chega a CPB só agora, pude constatar que há três condicionantes relacionadas  
724 a compensação ambiental e estamos discutindo aqui a compensação  
725 minerária, assim, quero perguntar se as condicionantes 6 e 7 vinculadas a esse  
726 mesmo processo do Copam que estamos discutindo, um processo de 2010, a  
727 condicionante 6 é de compensação da Mata Atlântica e a condicionante 7 é  
728 de compensação do SNUC. Então, eu queria saber se essas condicionantes 6 e  
729 7 desse processo foram cumpridas e, oportunamente também quero



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

730 perguntar sobre uma recomendação de uma auditoria do Tribunal de Contas  
731 do Estado, em que o TCE endereça a Semad, em relação ao monitoramento e  
732 acompanhamento de empreendimentos minerários de criar uma forma  
733 sistemática de acompanhamento das condicionantes estabelecidas nas  
734 licenças concedidas de modo a garantir seu cumprimento, isso porque essa  
735 Auditoria do TCE detectou problemas expressivos em relação ao cumprimento  
736 de condicionantes. Dessa forma, pergunto se esse sistema de  
737 acompanhamento e monitoramento das condicionantes foi criado, essa é uma  
738 recomendação de 2017, e como se dá a transparência e publicização desse  
739 sistema de monitoramento das condicionantes, então essencialmente duas  
740 questões, se as outras duas formas de compensação vinculadas a esse  
741 empreendimento da Mina Córrego do Feijão, tão emblemático para Minas e  
742 para o mundo foram cumpridas e, se essa recomendação do TCE, a Semad  
743 também foi cumprida de monitoramento de condicionantes. Obrigado”.

744 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Obrigado, Conselheiro. Temos aqui  
745 algumas questões, essa parte por exemplo, de cumprimento das  
746 condicionantes em especial quanto à implementação dos sistemas, ela está  
747 na competência da Secretaria de Meio Ambiente que tem organizado junto as  
748 Suprams e aos sistemas que temos desenvolvido, todo uma metodologia nova  
749 de acompanhamento, as recomendações do TCE foram todas acolhidas e  
750 foram praticadas diversas ações dentro do Sisema para implementar medidas  
751 que pudessem atender essas recomendações. Contudo, são informações que  
752 temos que buscar com mais detalhes no âmbito da Semad para que possa  
753 trazer esclarecimento bem específico sobre o estágio, como que está, como  
754 estão sendo feitas essas questões. Quanto as compensações questionadas,  
755 temos a informação que a Renata vai passar do Snuc e, quanto à compensação  
756 da Mata Atlântica, pela própria data do processo ela era acompanhada



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

757 também pela Semad, então temos que buscar essa informação para a área  
758 específica”. Renata Denucci (IEF): “Sobre o item que questionou sobre a  
759 compensação SNUC, a Gcarf tem relação direta com a compensação SNUC, e  
760 nos nossos arquivos pesquisamos nosso banco de dados e consta o  
761 pagamento da compensação SNUC”. Alexandre Túlio Amaral Nascimento  
762 (Uemg): “Renata, foi feito”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheiro  
763 Alexandre, a sua última fala foi “perfeito” foi uma afirmativa? Porque estamos  
764 na dúvida aqui se houve uma dúvida que você apresentou. Alexandre Túlio  
765 Amaral Nascimento (Uemg): “Não, porque ela falou que a compensação da  
766 Mata Atlântica foi feita, eu perguntei quando”. Renata Denucci (IEF): “A da  
767 Sunc”. Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “As duas! Porque se as  
768 duas foram feitas, quero saber quando foi feita, porque essa foi com tanto  
769 atraso”. Renata Denucci (IEF): “A Gcarf tem relação direta com a compensação  
770 SNUC e com a compensação minerária, a compensação Mata Atlântica é  
771 descentralizada, então teríamos que buscar informações nas outras unidades  
772 dentro da Gcarf no nosso banco de dados aqui, consigo afirmar que foi  
773 liquidado a compensação SNUC”. Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg):  
774 “Quando? E por que esse processo tantos anos depois da licença, tantos anos  
775 depois da licença ter vencido inclusive, queria entender isso também”.  
776 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheiro, também temos presente  
777 nessa reunião, o representante do empreendedor, pode ser ele tenha  
778 informação para poder prestar para a gente, Thais Mota. Por favor Thais, uma  
779 dúvida por parte do Conselheiro, você conseguiu acompanhar esse ponto da  
780 pauta? “ Thais Mota (inscrita): “Sim, sobre a compensação de SNUC, ela está  
781 aprovada, temos termo de compromisso assinado desde junho de 2013 e, a  
782 proposta de compensação de Mata Atlântica está em análises no IEF centro-  
783 sul”. Renata Denucci (IEF): “A compensação foi liquidada 16/07/2013, o valor



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

784 total de 117.544,84”. Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg):  
785 “Contingenciados, Renata? “ Renata Denucci (IEF): “Esse valor é pecuniário, a  
786 característica dessa compensação, como falei, é diferente da compensação  
787 minerária. Então, é pago DAE, isso foi um pagamento de DAE, parcela única”.  
788 Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Só para esclarecer, diferente do  
789 que a CMI falou, que há um grande volume que fica contingenciado e, quero  
790 reforçar essa dúvida, por que que essa compensação então da Mata Atlântica  
791 e a compensação Minerária acontecendo tanto tempo depois, inclusive tanto  
792 tempo depois de um crime como houve, no caso da compensação minerária  
793 estamos falando de 5 anos depois do vencimento da licença, por que é feito  
794 dessa forma? “ Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheiro, existe um  
795 ponto que também temos que chamar atenção aqui, que estamos  
796 conseguindo, felizmente, liquidar vários dos passivos que temos de processos  
797 no âmbito de sistema Estadual de Meio Ambiente. Então, temos processos de  
798 autos autorizativos que estavam com passivo e processos como estes de  
799 compensação também, dessa forma, temos processos que são de legislação  
800 anterior da compensação minerária que se buscou posteriormente trazer para  
801 decisão, legislações que foram sendo atualizadas e com isso foram  
802 identificando as necessidades e até mesmo as falhas de acúmulo de processos  
803 no âmbito do Sisema, então não é um caso específico e pontual para este  
804 empreendimento que eventualmente está trazendo agora depois de alguns  
805 anos, há a uma busca, houve até por parte da equipe da Renata na Gcarf, ela  
806 vai poder detalhar um pouco o cenário que tínhamos de processos do passivo  
807 e como foi feito um esforço coletivo lá dentro do IEF para poder conseguir  
808 equalizar essas questões. Renata, vou pedir que você possa dar um cenário  
809 para o conselheiro”. Renata Denucci (IEF): “Conselheiro Alexandre, foi um  
810 largo trabalho que fizemos desde 2019, com toda dificuldade da pandemia



## Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

### Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022

811 conseguimos amortizar o passivo, tínhamos um passivo gigante dentro da  
812 Gcarf e com as nossas iniciativas, quais foram elas? Diminuímos o PU para ter  
813 condições de ter mais produtividade e focar no objetivo finalístico do PU que  
814 é o cálculo e análise da compensação, essa foi uma iniciativa, publicamos a  
815 Postaria 77 em 2020, deixando tudo eletrônico, dando melhor agilidade para  
816 o empreendedor peticionar o processo e para os nossos analistas também ter  
817 melhor desempenho, então isso foi uma segunda uma iniciativa também que  
818 nos ajudou, colocamos uma meta para cada analista de pauta de processo.  
819 Então, com essas iniciativas conseguimos amortizar o passivo, hoje temos 28  
820 processos físicos que são os mais antigos, no início do ano estávamos com  
821 mais de 100 processos, dessa forma, conseguimos por meio de arquivamento,  
822 por instruções indevidas, por pauta aqui na CPB, conseguimos amortizar por  
823 uma força-tarefa da equipe, assim, com todo esse cenário, que não é bom  
824 mesmo em relação ao passivo, com esse tempo que ficou esses processos para  
825 serem analisados, hoje temos uma produtividade e a amortização significativa  
826 de todos esses antigos que estavam pendentes, hoje temos somente 28  
827 processos físicos e, é a nossa meta até setembro liquidar com esses  
828 processos”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Só uma outra questão,  
829 Conselheiro que eu gostaria de chamar atenção. Corrobora isso que a Renata  
830 está colocando, dessa iniciativa e de todo esse esforço coletivo que a equipe  
831 pôde desenvolver para poder trazer esse resultado hoje que esperamos que  
832 agora nos próximos meses seja liquidada todo passivo, possamos trabalhar de  
833 uma forma mais tranquila no âmbito da gerência com processos mais atuais,  
834 esse específico “7.2” que está em discussão, a formalização desse processo  
835 ocorreu em julho de 2017, nós estamos em 2022, então você vê que houve  
836 um lapso temporal significativo entre o momento em que o empreendedor  
837 formalizou o processo e o momento em que nós conseguimos colocá-lo em



### **Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

#### **Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

838 aptidão para trazer para julgamento aqui na Câmara, é somente um exemplo  
839 de que faz parte de um conjunto de processos do passivo que temos e que  
840 está sendo trabalhado”. Renata Denucci (IEF): “Gostaria somente de lembrar  
841 que a Portaria da mineração foi publicada em 2017, então todo o  
842 procedimento, toda a orientação para nós servidores, tem que ser escorada  
843 em alguma normativa. Então, tenho que colocar isso também como um  
844 impasse, uma dificuldade que tínhamos para dar celeridade sem normativa”.

845 Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Agradeço a Renata e parabêniso  
846 o Órgão Ambiental e toda a equipe pela busca por amortecer esses passivos,  
847 mas só queria pontuar uma reflexão que foi a que tive quando analisei o  
848 processo e, quando entendi o processo. Então, queria começar pedindo que  
849 essa recomendação do TCE que foi dada, que ela possa ser compartilhada  
850 conosco da CPB, especialmente no que se refere as condicionantes vinculadas  
851 à compensação ambiental que são mais afeitas à essa Câmara e, fico me  
852 perguntando, estamos falando de uma licença de 2011 que foi renovada e que  
853 não teve suas condicionantes de compensação ambiental cumpridas naquela  
854 época, como está no relatório de 2010, será que o não cumprimento destas  
855 condicionantes como foi comprovado o não cumprimento, não poderia talvez  
856 tornando esse processo de renovação da licença mais cauteloso e não poderia  
857 ter evitado uma tragédia, que não preciso falar dela, como tivemos. Então,  
858 acho que fica essa reflexão ao órgão ambiental, fica o pedido de possamos  
859 compreender como está sendo cumprido a recomendação do TCE de  
860 condicionantes vinculadas à compensação ambiental. O Presidente disse que  
861 o processo foi protocolado em 2017, não vi isso no parecer que foi  
862 compartilhado com a gente, não vi essa informação, mas tudo bem.  
863 Obrigado”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Ok. Conselheiro, parece que  
864 essa informação é logo no começo do parecer, ela tem como se fosse um



## Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

### Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022

865 resumo dos fatos e tem a dado da formalização. Então Conselheiro, um ponto  
866 que vou pedir a Secretaria Executiva, como temos feito em outras reuniões e,  
867 como exemplo de hoje parece que foi de sucesso, podemos solicitar com que  
868 a área responsável dentro da Secretaria de Meio Ambiente possa trazer para  
869 gente, como está o status de implementação dessas melhorias de controle  
870 sobre os processos, como que foi feito a recepção das recomendações do TCE  
871 e a implementação das medidas que estão sendo adotadas para que  
872 possamos ter um planejamento, uma forma de exibição, de apresentação que  
873 traga para gente esse esclarecimento. Dessa forma, vou solicitar a Secretaria  
874 Executiva que possa, por favor, fazer esse registro para gente, eles sempre  
875 fazem um lembrete depois da reunião para não correremos o risco do  
876 esquecimento bom e com isso, para a próxima reunião, nos comprometemos  
877 a trazer as informações – a próxima ou assim que for possível – trazer essas  
878 informações e apresentarmos à CPB”. Alexandre Túlio Amaral Nascimento  
879 (Uemg): “Presidente, muito obrigado, quero agradecer e queria solicitar que  
880 todas as minhas falas de hoje constassem na ata dessa reunião, por favor,  
881 muito obrigado”. Adriano Nascimento Manetta (CMI): “Porque na verdade,  
882 nós nos alinhamos ao posicionamento e ao pleito da Amda, da Uemg e da  
883 Relictos, em especial, reconhecendo que houve um trágico processo, onde no  
884 passado o Governo do Estado entendeu que verba de compensação era  
885 elemento para tampar furo orçamentário, nós não concordamos com isso em  
886 hipótese alguma e a satisfação que temos é de perceber que no período  
887 contemporâneo parte importante disso se corrigiu, senão todo o problema,  
888 em geral, que saibamos, os recursos hoje conseguem ser direcionados para a  
889 finalidade que a lei impõe a eles e não mais seguem para o caixa único e, de  
890 fato, se ainda houver recurso indo para o caixa único, isso é algo que precisa  
891 ser corrigido”. Paulo José de Oliveira (Fundação Relictos): “Também



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

892 reforçando a questão do acolhimento das nossas ponderações e que  
893 vislumbre, realmente, essa evolução nos nossos trabalhos. **7.3 Vale S.A. -**  
894 **Mina de Alegria/Fabrica Nova - Lavra a céu aberto com tratamento úmido -**  
895 **Mariana/MG - PA/Nº 00182/1987/061/2007- AMNs: 2.329/35; 6.499/61;**  
896 **930.193/82; 930.016/85 - SEI/Nº 2100.01.0019709/2022-08 - Classe 6.**  
897 **Apresentação: Regional Metropolitana.** PROCESSO REQUERIDO VISTAS pelo  
898 conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, representante da Associação  
899 Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), Paulo José de Oliveira, representante  
900 da Fundação Relictos de Apoio ao Parque do Rio Doce (Relictos), Lidiane  
901 Carvalho de Santos representante da Federação das Indústrias do Estado de  
902 Minas Gerais (Fiemg). **7.4 Vale S.A. - Cava da Divisa/Mina Brucutu - Lavra a**  
903 **céu aberto - São Gonçalo do Rio Abaixo/MG - PA/Nº 00022/1995/063/2013**  
904 **- AMN: 6.474/1948 - SEI/Nº 2100.01.0019727/2022-07 - Classe 6.**  
905 **Apresentação: Regional Metropolitana.** PROCESSO REQUERIDO VISTAS pelo  
906 conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, representante da Associação  
907 Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), Paulo José de Oliveira, representante  
908 da Fundação Relictos de Apoio ao Parque do Rio Doce (Relictos), Lidiane  
909 Carvalho de Santos representante da Federação das Indústrias do Estado de  
910 Minas Gerais (Fiemg) e Alexandre Túlio Amaral Nascimento, representante da  
911 Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). **7.5 Vallourec Mineração**  
912 **Ltda. - Ampliação Pilha Estéreo Cachoeirinha - Brumadinho/MG - PA/Nº**  
913 **00012/1988/032/2017 - ANM: 008.589/1942 - SEI/Nº**  
914 **2100.01.0015358/2021-21 - Classe 5. Apresentação: Regional**  
915 **Metropolitana.** Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer  
916 Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea-MG;  
917 Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG; Uemg. **8. Processos**  
918 **Administrativos para exame de Compensação Ambiental decorrente do**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

919  **corte e/ou supressão de vegetação nativa pertencente ao bioma Mata**  
920 **Atlântica: 8.1 Eco 135 Concessionária de Rodovias S.A. - Supressão de**  
921 **cobertura vegetal nativa com destoca para implantação do trecho B e D -**  
922 **Nordeste e operação do trecho C do contorno rodoviário do Município de**  
923 **Montes Claros/MG, interligando os entrocamentos da BR-135 com BR-251 e**  
924 **da MG-308 com MG-653 - Montes Claros/MG - PA/Nº25315/2021.**  
925 **Apresentação: Prefeitura de Montes Claros.** Compensação ambiental  
926 aprovada nos termos do Parecer Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede;  
927 CRBio-04; Ibama; Crea-MG; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG. VOTO  
928 CONTRÁRIO: Uemg. Justificativa Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg):  
929 “Porque as três compensações são da Mata Atlântica, as três se dão por  
930 regularização fundiária ou doação em unidades de conservação e, o meu  
931 entendimento já compartilhado diversas vezes com esse Conselho de que essa  
932 forma de compensação, integralmente dessa forma, não é efetiva”.  
933 IMPEDIMENTOS: Seinfra; Fiemg. Justificativas: Lidiane Carvalho de Campos  
934 (Fiemg): “Presidente, gostaria de registrar um impedimento nesse item de  
935 pauta. Trabalhei na Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade na Diretoria de  
936 Gestão de contratos e é a Secretaria que tem contrato com a Concessionária  
937 Eco 135”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Ok, registrado”. Felipe Dutra de  
938 Resende (Seinfra): “Presidente, a Seinfra também pelo mesmo motivo, é um  
939 processo interesse da Seinfra”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Feito o  
940 registro, Felipe”. **8.2 Cemig Distribuição S.A. - LD Juiz de Fora - Pequeri,**  
941 **138kV e LD Carangola - Padre Fialho, 138kV (LT01) e LD Carangola - Padre**  
942 **Fialho, 138kV Derivação para SE Divino (LT02) - Juiz de Fora, Pequeri,**  
943 **Carangola, Divino, Orizânia, Santa Margarida e Matatipó/MG - SEI/Nº**  
944 **2100.01.0033075/2020-69. Apresentação: Regional Mata.** Compensação  
945 ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. VOTOS FAVORÁVEIS:



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

946 Segov; Sede; Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea-MG; Fiemg; CMI; Amda;  
947 Fundação Relictos; OAB/MG. VOTO CONTRÁRIO: Uemg. Justificativa  
948 Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Porque as três compensações  
949 são da Mata Atlântica, as três se dão por regularização fundiária ou doação  
950 em unidades de conservação e, o meu entendimento já compartilhado  
951 diversas vezes com esse Conselho de que essa forma de compensação,  
952 integralmente dessa forma, não é efetiva”. **8.3 Cemig Distribuição S.A. - Linha**  
953 **de Distribuição: LD Presidente Bernardes 2 - Viçosa 2 - 138kv - Presidente**  
954 **Bernardes, Paula Cândido e Viçosa/MG - SEI/Nº 2100.01.0017359/2020-26.**  
955 **Apresentação: URFBio Mata.** Compensação ambiental aprovada nos termos  
956 do Parecer Único. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra; CRBio-04; Ibama;  
957 Crea-MG; Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG. VOTO  
958 CONTRÁRIO: Uemg. Justificativa Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg):  
959 “Porque as três compensações são da Mata Atlântica, as três se dão por  
960 regularização fundiária ou doação em unidades de conservação e, o meu  
961 entendimento já compartilhado diversas vezes com esse Conselho de que essa  
962 forma de compensação, integralmente dessa forma, não é efetiva”. **9. Planos**  
963 **de Trabalho para destinação de recursos de compensação ambiental para**  
964 **análise e deliberação, nos termos do inciso XIII, do artigo 13, do Decreto**  
965 **Estadual nº 46.953/2016: 9.1 Plano de trabalho para projeto básico das**  
966 **estruturas de concreto e fundações, preconizado no plano de manejo do**  
967 **Parque Estadual de Paracatu. Apresentação: Regional Noroeste.** Plano de  
968 trabalho aprovado por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF.  
969 VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra; CRBio-04; Ibama; Crea-MG; Fiemg;  
970 CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG; Uemg. **9.2 Plano de trabalho para**  
971 **projeto arquitetônico, projeto estrutural, projeto elétrico, projeto hidro -**  
972 **sanitário e projeto 3D básico necessários para instalação e funcionamento**



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

---

**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**

**Ata da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2022**

973 **do Parque Estadual Paracatu. Apresentação: Regional Noroeste.** Não houve  
974 destaque ou ponto de atenção. Plano de trabalho aprovado por unanimidade  
975 nos termos apresentados pelo IEF. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov; Sede; Seinfra;  
976 CRBio-04; Ibama; Crea-MG; Fiemg; CMI; Amda; Fundação Relictos; OAB/MG;  
977 Uemg. **10. ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo outros assuntos a  
978 serem tratados o Presidente Breno Esteves Lasmar agradeceu a presença de  
979 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

980

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

981

982

983

984

**Breno Esteves Lasmar**

985

Presidente Suplente da Câmara de Proteção

986

à Biodiversidade e de Áreas Protegidas